

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo
(Organizadores)

Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil

**Perfil, evolução e perspectivas
do ensino e da pesquisa em
Arquivologia no Brasil**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Assessor do Reitor

Paulo Costa Lima



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo
(Organizadores)

Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil

Salvador
EDUFBA
2015

2015, autores.
Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.
Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua
Portuguesa de 1991, em vigor no Brasil desde 2009.

Capa, Projeto Gráfico e Editoração
Rodrigo Oyarzábal Schlabit

Revisão
Vera Maria Nazareth Andrade Chaoui

Normalização
Sandra Batista / Maria Raquel Gomes Fernandes

Sistema de Bibliotecas – UFBA

P434 Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil / Maria Teresa Navarro de Britto Matos... [et al.]. (Org.); prefácio de Heloisa Liberalli Bellotto – Salvador : EDUFBA, 2015.
575 p. : il.

Textos apresentados na III Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), no período de 16 a 18 de outubro de 2013, no campus Ondina na Universidade Federal da Bahia, com o apoio do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (FEPARQ).

ISBN 978-85-232-1417-3

1. Arquivologia – Estudo e ensino – Brasil. 2. Arquivologia – Currículos – Avaliação. 3. Arquivos – Tecnologia - Tratamento. I. Matos, Maria Teresa Navarro de Britto. II. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). III. Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). IV. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). V. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. VI. Título.

CDD – 020
CDU –025.171

Editora filiada a



EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus de Ondina,
40170-115, Salvador-BA, Brasil
Tel/fax: (71) 3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Sumário

9 Prefácio

Heloísa Liberalli Bellotto

11 Apresentação

Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Francisco José Aragão Pedroza Cunha

Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá

Aurora Leonor Freixo

Parte 1 – Ensino em Arquivologia

17 Los nuevos paradigmas de la archivística y sus implicaciones en la formación y en la investigación

Maria Manuela Moro Cabero

41 Formação em Arquivologia no Brasil: análise da influência acadêmico-institucional

Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus

Carlos Alberto Araújo

61 Uma proposta de formação mínima para os cursos de Arquivologia das universidades brasileiras

Flávia Helena Oliveira

Renato Tarciso Barbosa de Sousa

75 Da Arquivologia que fazemos: mapeamento dos currículos dos cursos de Arquivologia no Brasil

Welder Antônio Silva

Cíntia Chagas Arreguy

Leandro Negreiros

97 A revisão curricular na Arquivologia da UFSM como resultado da avaliação do ensino

Fernanda Kieling Pedrazzi

Rafael Chaves Ferreira

Sonia Elisabete Constante

113 A competência informacional e o desempenho acadêmico de estudantes de Arquivologia

Ivone Guerreiro Di Chiara

Linete Bartalo

Miguel Luiz Contani

- 133 **Blogs em Arquivologia: ferramentas de ensino-aprendizagem ou componentes do ato pedagógico?**
André Porto Ancona Lopez
Rodrigo Fortes Ávila
- 151 **O perfil dos arquivistas egressos do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES): percurso metodológico da pesquisa**
Solange Machado de Souza
- 167 **O cenário da pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil**
José Maria Jardim
- 185 **A pós-graduação stricto sensu em Arquivologia no Brasil**
Solange Machado de Souza
- 207 **Gestão de documentos: capacitação de agentes públicos do Poder Executivo Federal**
Djalma Mandu de Brito

Parte 2 – Comunicação científica e Arquivologia

- 227 **A comunicação científica, o acesso, a construção e o custo do conhecimento**
Sandra Lúcia Rebel Gomes
- 245 **A Reparq e a proposta de uma Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia no cenário arquivístico brasileiro: balanço e perspectivas**
Cyntia Roncaglio
- 259 **O currículo Lattes como fonte de informação no estudo da produção do conhecimento científico na Arquivologia**
Leandro Coelho de Aguiar
Renata Regina Gouvêa Barbalho
Vitor Manoel Marques da Fonseca

Parte 3 – Arquivos, Arquivologia e Administração Pública

- 279 **Desafios e perspectivas de implementação da lei de acesso à informação no âmbito da Administração Pública Federal**
Paola Rodrigues Bittencourt
- 299 **Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)**
Ana Celeste Indolfo

- 317 Um estudo sobre gestão de documentos arquivísticos digitais na administração pública federal brasileira**
Brenda Couto de Brito Rocco
- 335 O patrimônio arquivístico brasileiro em perigo: mapeamento de atos lesivos e levantamento das ações adotadas pelo estado**
Cristiane Basques
Georgete Medleg Rodrigues
- 349 O lugar do arquivo: um levantamento na legislação de Minas Gerais, 1994-2011**
Renato Pinto Venâncio
- 365 Os documentos especiais à luz da Arquivologia contemporânea: uma análise a partir das instituições arquivísticas públicas da cidade do Rio de Janeiro**
Anna Carla Almeida Mariz
Thiago de Oliveira Vieira

Parte 4 – Arquivos e Tecnologias

- 387 A aplicação da taxonomia no software de descrição arquivística ICA-AToM**
Daniel Flores
Débora Flores
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues
- 403 Acesso e preservação do patrimônio arquivístico documental: um repositório digital para o Diário de Classe**
Sérgio Renato Lampert
Daniel Flores
- 423 Metadados para preservação e segurança do Diário de Classe eletrônico da UFSM**
Débora Flores
Dulce Elaine Saul da Luz
Raul Ceretta Nunes
- 441 O banco de dados sob um olhar arquivístico através da Ciência da informação – comunicação, informação e conhecimento**
Gilberto Fladimar Rodrigues Viana
Telma Campanha de Carvalho Madio
- 457 A web 2.0 e as instituições arquivísticas nacionais de países de tradição ibérica: uma reflexão sobre a cultura participativa**
Louise Anunciação Fonseca de Oliveira
Maria Teresa Navarro de Britto Matos

Parte 5 – Organização e Tratamento de Acervos

- 479 Metodologia para levantamento tipológico em arquivos pessoais de cientistas**
Márcia Cristina Duarte Trancos
Maria Celina Soares de Mello e Silva
- 495 Descrição e acesso ao patrimônio documental da UFSM: o Campus Avançado de Roraima**
Camila Poerschke Rodrigues
Daniel Flores
Sérgio Renato Lampert
- 513 Arquivo como instrumento: da gestão de atividades pessoais a ponto de referência de memórias coletivas – um olhar sobre o arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito**
Bruno Ferreira Leite
João Marcus Assis
- 525 Uma relação distante: análise sobre a utilização de métodos bibliométricos / quantitativos pela Arquivologia**
Roberto Lopes dos Santos Júnior
- 541 Os arquivos da Biblioteca Nacional: contribuições para o desenvolvimento de um projeto de pesquisa sobre a construção de uma rede de informações científicas**
Carlos Henrique Juvêncio
Georgete Medleg Rodrigues
- 555 A noção de ramificação dos documentos arquivísticos: o exemplo dos fundos relacionados à Guerrilha do Araguaia**
Shirley Carvalhêdo
- 573 Recomendações e moções**

Prefácio

A demonstração da consolidação de uma área do conhecimento que se pretende conjunção de saber e de profissão, carreando em seu entorno todos os elementos vitais à sua existência e desenvolvimento, dá-se quando essa área é capaz de demonstrar que está habilitada a ter e a manter uma identidade própria, que a torne inconfundível e única.

A Arquivologia no Brasil, como área de saber universitário e de profissão inequívoca, ao aproximar-se de seu cinquentenário de existência como tal, parece ter finalmente chegado a essa consolidação. No decorrer desse tempo tem-se assistido paulatinamente ao desenvolvimento e enraizamento de uma “ciência” que vai produzindo seus frutos como área do saber e como profissão. Pesquisas em andamento, resultados de pesquisas aplicadas a arquivos, aperfeiçoamento metodológico e prático, formação consistente de novos profissionais, educação contínua para os já experientes na área – esse é o panorama atual, não obstante o difícil momento pelo qual passa o país.

Participei desta III Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq) na qualidade de ministrante de *workshop* sobre o preparo didático dos professores de Arquivologia, o que me proporcionou a possibilidade de assistir à maioria das sessões e pude acompanhar a pertinência e a acuidade dos trabalhos apresentados. A soma das informações ali divulgadas e discutidas apresenta um rico panorama para melhor compreender-se esse momento do panorama arquivístico no Brasil. A publicação dos trabalhos ali apresentados é um precioso presente que a Editora da Universidade Federal da Bahia, com o apoio financeiro da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, ora nos proporciona.

Esta coletânea, na verdade, representa um quadro que demonstra o amadurecimento a que chegaram os cursos universitários da área: o entrosamento entre professores, mestrandos e doutorandos na apresentação de suas pesquisas, reflexões e perplexidades. São desafios a enfrentar, com ênfase, como seria de se esperar, nos novos paradigmas para o ensino e a pes-

quisa; na discussão da formação no que concerne às necessidades curriculares em um mundo tão cambiante como o presente; na produção, acesso, uso e guarda dos documentos digitais.

De um lado, nas organizações, o momento é de mudanças reclamadas pela tecnologia, pela competitividade e pelos ambientes no mercado global, tudo isso a exigir profundas mudanças nos sistemas de informação, nos quais se inserem os arquivos; de outro lado, os governos em escala mundial, vêm-se diante das transformações nos sistemas burocráticos e diante da necessidade gritante de transparência administrativa demarcada pela força da cidadania. Tudo isso exigindo mais e mais a modernização e atualização dos sistemas arquivísticos. Exigindo, portanto, inovações, e essas, só serão eficazes se baseadas em pesquisas e estudos que as construam e desenvolvam, resultando em projetos concretos. Assim, cresce a demanda por professores capazes de formar profissionais habilitados para tanto. E o panorama apresentado por esta III Reparq demonstra que estamos no caminho certo.

Os trabalhos ora reunidos nessa coletânea vem justamente contribuir para satisfazer essa demanda de novos paradigmas teóricos e metodológicos que respondam à aquela desafiadora demanda. O conteúdo desses trabalhos pode trazer respostas aos desafios profissionais que diariamente recebem os arquivistas – e cada vez mais.

Em boa hora o Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia propõe-se a publicar os resultados da III Reparq, resultados esses que certamente iluminarão futuros caminhos da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil.

São Paulo, 15 de setembro de 2015

Heloísa Liberalli Bellotto
Universidade de São Paulo. SP

Apresentação

A coletânea *Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil* reúne os resultados de pesquisas apresentadas na III Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), realizada pelo Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia na cidade de Salvador, Bahia, no período de 16 a 18 de outubro de 2013, no Campus Ondina, com o apoio do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Pesquisas em fase de desenvolvimento e/ou concluídas, empreendidas por docentes, discentes (mestrandos e doutorandos) e pesquisadores da área vinculados a universidades e demais instituições dedicadas à pesquisa. Entende-se que publicar resultados de pesquisa é tão importante quanto a própria pesquisa e corresponde a uma das funções sociais da ciência.

Este livro parte do pressuposto de que a institucionalização da Arquivologia, como campo acadêmico-científico, no Brasil, encontra-se em processo de consolidação, devido às conquistas em âmbito nacional e, também, pela própria afirmação da área, na esfera internacional. Entre os anos de 1977 e 2012, o ensino universitário da Arquivologia, na graduação, vem se expandido e conquistando identidade própria. Totalizam, no momento, 17 cursos de graduação, todos ministrados por universidades públicas federais e estaduais, distribuídos nas 5 regiões geopolíticas do Brasil. Da mesma forma, são vários os indicadores do crescimento da pesquisa em Arquivologia nas universidades, instituições arquivísticas e outras organizações. Contudo registrava-se a ausência de mestrado e doutorado em Arquivologia, o que motivou uma demanda dos profissionais da área junto a programas de pós-graduação em Ciência da Informação, História, Administração, Educação e Engenharia de Produção. O ano de 2012 se apresentou como marco significativo na história da Arquivologia brasileira, quanto à pós-graduação, por meio da criação do primeiro curso de Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Uma ação oportuna e de significado valioso quanto aos futuros caminhos da Arquivologia, sob as perspectivas do Plano Nacional de Educação (2011-2020), do Plano

Nacional de Pós-Graduação (2011-2020) e do incremento de políticas públicas de fomento a pesquisa e à inovação.

A evolução dessa trajetória possibilita a demarcação da área conquistada pela Arquivologia junto às demais ciências, além de subsidiar a construção de uma consciência coletiva da comunidade arquivística no Brasil, representada por discentes, docentes e pesquisadores. Nesse contexto de grande significado para a Arquivologia, cabe ressaltar que a presente coletânea se constitui de 31 textos produzidos por 50 autores, comprometidos em dar ênfase às questões estratégicas de interesse para a Arquivologia brasileira, no século XXI. Importante registrar, também, que os referidos textos foram todos apresentados, enquanto conferências e comunicações orais de pesquisa, no âmbito da III Reparq.

A Reunião contou com o honroso apoio dos seguintes órgãos de fomento à pesquisa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Embora com um eixo comum, considerando a abrangência dos temas objeto dos textos produzidos, optou-se por agrupá-los em 5 partes: “Ensino em Arquivologia”; “Comunicação Científica em Arquivologia”; “Arquivos, Arquivologia e Administração Pública”; “Arquivos e Tecnologias” e “Organização e Tratamento de Acervos”. Soma-se, ainda, a publicação das Recomendações e Moções aprovadas na Plenária de Encerramento da III REPARQ.

A primeira nos remete ao “Ensino em Arquivologia”. Destaca questões relativas aos novos paradigmas e a formação em Arquivologia: grade curricular; competências e desempenho acadêmico de estudantes; perfil de egressos; pós-graduação *lato e stricto sensu*; capacitação de agentes públicos e, ferramentas de ensino-aprendizagem.

“Comunicação Científica em Arquivologia”, tema da segunda parte, trata da comunicação científica, do acesso, da construção e do custo do conhecimento; da proposta de criação de uma Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, além do currículo *Lattes* como fonte de informação no estudo da produção do conhecimento científico.

A terceira, “Arquivos, Arquivologia e Administração Pública”, apresenta os desafios no âmbito da administração pública brasileira em relação às perspectivas da implementação da Lei de Acesso à Informação; as dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos; a gestão de documentos arquivísticos digitais; o mapeamento de atos lesivos ao patrimônio arquivístico e das ações do Estado; o lugar do arquivo na legislação e, os documentos especiais custodiados por instituições arquivísticas públicas.

A quarta, “Arquivos e Tecnologias”, refere-se à aplicação da taxonomia no *software* de descrição arquivística ICA-AtoM; o banco de dados sob um olhar arquivístico; repositórios digitais; e a *web 2.0* e instituições arquivísticas.

“Organização e Tratamento de Acervos”, quinta parte, registra a discussão em torno do levantamento tipológico em arquivos pessoais; da descrição e acesso ao patrimônio documental; da gestão de atividades pessoais; da análise sobre a utilização de métodos bibliotecnômicos / quantitativos; dos arquivos da Biblioteca Nacional; e da noção de ramificação dos documentos arquivísticos.

Nossos agradecimentos à Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) cujo apoio foi decisivo para tornar possível a publicação deste livro, sob a honrosa chancela da FAPESB. Assegurando, portanto, a divulgação e a socialização das pesquisas apresentadas durante a III REPARQ. O conhecimento publicado confere a base essencial com vistas ao fortalecimento de uma cultura científica na área de Arquivologia.

Salvador, Bahia, março de 2015.

Maria Teresa Navarro de Britto Matos
Francisco José Aragão Pedroza Cunha
Alzira Queiróz Gondim Tude de Sá
Aurora Leonor Freixo

A Reparq e a proposta de uma Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia no cenário arquivístico brasileiro: balanço e perspectivas

Cynthia Roncaglio

Este trabalho procura, uma vez mais, trazer alguns subsídios para a reflexão da comunidade acadêmica e profissional, que participa da III Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq), a qual se amplia em número, gênero e grau a cada Reunião, sobre a importância de se criar uma associação científica na área de Arquivologia.

Na I Reparq, que ocorreu em junho de 2010, em Brasília, quando conseguimos reunir pela primeira vez os coordenadores e representantes dos Cursos de Arquivologia de todo o Brasil, foi aprovada a criação de um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de estudar a criação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Este trabalho, coordenado por mim, contou com a colaboração de outras colegas, a saber: professoras Leandra Bizello (UNESP), Nelma Araújo (UEL), Eliana Bahia (UFSC) e Jacqueline Echeverria (UEPB).

A proposta preliminar desenvolvida pelos membros do GT foi discutida, a partir de março de 2011, no âmbito do grupo de discussão virtual, criado logo após a I Reparq e, no sítio da II Reparq, onde foi disposta para consulta pública no endereço eletrônico <<https://sites.google.com/a/arquivistica.org/reparq/consulta-publica>>.

Na II Reparq, que ocorreu em novembro de 2011, no Rio de Janeiro, a proposta desenvolvida pelos membros do GT e as sugestões enviadas pela comunidade arquivística foram apresentadas em uma palestra proferida por mim, a fim de suscitar novamente a discussão e dar encaminhamentos sobre o assunto. Ainda na II Reparq foram aprovadas as seguintes recomendações sobre esse assunto:

Instalação do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia com o objetivo de assegurar a criação e instalação da entidade nacional de ensino e pesquisa em Arquivologia e desenvolver ações que favoreçam o desenvolvimento do ensino e da pesquisa na área. Cumprido o objetivo de criação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, o Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia será extinto;

O Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia contará com a seguinte equipe de coordenação: Profa. Dra. Angélica Marques (UnB), Prof. Dr. Daniel Flores (UFMS), Prof. Dr. José Maria Jardim (UNIRIO), Profa. Ms. Aurora Freixo (UFBA) e Dr. Paulo Elian dos Santos (COC-Fiocruz). (MARIZ; JARDIM; SILVA, 2012, p. 512)

Em junho de 2012, a proposta de criação da associação foi novamente enviada para o grupo de discussão virtual, solicitando sugestões até setembro de 2012, para que pudessem ser discutidas ainda na reunião do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, durante o V Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), ocorrido em outubro do mesmo ano, em Salvador. O tema foi apresentado no Fórum pela Prof^a Nelma Araújo, membro do GT. A proposta foi aprovada pela maioria, sendo feita uma sugestão pelo Prof. José Maria Jardim de que a sigla da associação a ser criada seja ABEPARQ ao invés de ABEPA.¹

Feito este breve relato dos trabalhos realizados, salienta-se que, ainda mais importante do que estabelecer a configuração jurídica da entidade, o conteúdo do estatuto e o nome e a sigla da associação, é fundamental a comunidade arquivística definir se considera ou não pertinente criar uma associação de cunho científico e se está disposta a colaborar para a sua efetiva criação.

Sob o risco de me tornar um pouco repetitiva, seja pela retomada do assunto sobre as associações, já abordado em artigo anterior (RONCAGLIO, 2012), seja porque diversos autores já têm se debruçado sobre o desenvolvimento de um campo científico da Arquivologia no Brasil, retomo neste artigo algumas breves constatações e/ou evidências (quantitativas e qualitativas) que nortearam a proposta de criação da entidade. Também trago alguns outros elementos para a nossa reflexão, relacionados às políticas públicas brasileiras, mais especificamente a política científica e tecnológica, que justificam e corroboram a necessidade e a importância de criação de uma entidade associativa de caráter científico para a área.

1 A sugestão é pertinente, considerando-se que já existe uma associação com a mesma sigla no Brasil, denominada Associação Brasileira de Empresas de Planejamento Agropecuário.

Contexto da proposta de criação de uma associação científica em Arquivologia

Os resultados da I Reparq, realizada em 2010, referentes à evolução do ensino e pesquisa em Arquivologia no Brasil, evidenciaram que a área, desde os anos 1970, vem gradativamente se expandindo. (MARQUES; RONCAGLIO; RODRIGUES, 2011) A cada ano os dados precisam ser atualizados, pois as mudanças têm sido rápidas e constantes.

Referente aos cursos de graduação quase todos eles foram criados em universidades públicas federais. Nos anos 1970 foram criados três cursos de graduação em Arquivologia (UNIRIO, UFSM e UFF); na década de 1980, apesar de algumas tentativas, não foi criado nenhum curso, porém, nos anos 1990, foram criados quatro cursos (UnB, UEL, UFBA, UFRGS,) e, a partir do ano 2000, com o incentivo dado pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), foram criados mais nove cursos (Unesp/Marília, UFES, UEPB, UFPB, UFMG, FURG, UFSC, UFAM, UFPA). Portanto, hoje temos dezesseis cursos de graduação nas cinco regiões do Brasil.

Em 2012 foi criado, na UNIRIO, o primeiro mestrado *stricto sensu* em Arquivologia no Brasil. É o primeiro também da América Latina em língua portuguesa. Mesmo tendo surgido apenas recentemente um curso de pós-graduação na área específica, várias pesquisas têm demonstrado um incremento da produção científica em nível de mestrado e doutorado. Embora essa produção ainda esteja vinculada a cursos e áreas diversas (Ciência da Informação, História, Letras etc.), em um mapeamento preliminar realizado entre o final do ano de 2011 e o início do ano de 2012, por meio de questionários enviados às universidades e no banco de teses da Capes, Marques e Roncaglio (2012, p. 84) identificaram duzentas e quarenta e sete pesquisas com os temas *arquivo* e Arquivologia, sendo duzentas e nove dissertações e trinta e oito teses.

O período no qual essas pesquisas foram concluídas nos permite estabelecer certa correspondência com o aumento de número de cursos de graduação, pois na década de 1970, foi identificada apenas uma dissertação; na de 1980, três; na de 1990, trinta e oito; e na de 2000, duzentas e cinco pesquisas (MARQUES; RONCAGLIO, 2012, p. 84) Desperta ainda a atenção o fato de que várias dessas dissertações e teses tem como objeto de estudo a própria Arquivologia no Brasil.

Em relação à criação de grupos de pesquisa, José Maria Jardim (2011, p. 62) fez uma busca no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em março de 2010, usando as seguintes palavras-chave: *Arquivologia, arquivística, arquivos, arquivos públicos, arquivos privados, documentos arquivísticos*

e *informação arquivística*. Refiz essa busca em outubro de 2013, usando as mesmas palavras-chave, para fins comparativos. O resultado é o seguinte:

Quadro 1 – Grupos de Pesquisa do CNPq

Grupos de Pesquisa do CNPq		
Palavras-Chave	Março de 2010	Outubro de 2013
<i>Arquivologia</i>	07	15
<i>arquivística</i>	13	17
<i>arquivos</i>	58	91
<i>arquivos públicos</i>	04	05
<i>arquivos privados</i>	01	01
<i>documentos arquivísticos</i>	01	04
<i>informação arquivística</i>	0	09

Fonte: elaborado pela autora.²

Como se pode observar, não só há uma quantidade significativa de grupos de pesquisa estudando temas específicos da área, como este número, em três anos e meio, demonstra um crescimento considerável, tendo em vista não existir cursos de pós-graduação específicos na área, exceto o mestrado profissional recém-criado.

Outro dado importante, que não poderia deixar de ser mencionado, devido ao seu significado em termos de reconhecimento e visibilidade da área, é o conjunto de prêmios recebidos pela Profa. Angélica Alves da Cunha Marques, em decorrência da sua pesquisa de doutorado sobre Arquivologia, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. A tese, intitulada *Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*, ganhou o primeiro lugar no Concurso de Monografia Prêmio Maria Odila Fonseca, promovido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros; o primeiro lugar no Prêmio ANCIB Melhor Tese, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação; e, o primeiro lugar no Prêmio Capes de Tese Edição 2012 – área de Ciências Sociais Aplicadas 1. Os dois últimos prêmios citados expressam, respectivamente, a presença e a interlocução crescente da Arquivologia no principal evento de Ciência da Informação no Brasil e o reconhecimento de pesquisadores da área em uma das principais agências de fomento do país. Além disso, há uma dimensão simbólica desses prêmios para a própria comunidade arquivística; não são

2 Conforme pesquisa realizada no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

apenas as pessoas diretamente envolvidas no trabalho (pesquisadora, sua orientadora e co-orientadora) e o programa de pós-graduação de uma universidade que ganham com isso, mas todas as gerações passadas que se dedicaram ao ensino e a pesquisa em Arquivologia no Brasil, e as futuras que começam a se delinear agora.

Quanto à comunicação científica formal, baseada na comunicação escrita, fundamental para divulgar os resultados das pesquisas e dar visibilidade e reconhecimento (quantitativo e qualitativo) à área, ainda é incipiente. A publicação de livros específicos na área, conforme pesquisa preliminar, realizada em 2012, por Marques e Roncaglio (2012), não chega a uma centena. Atualmente são publicados, em meio impresso e/ou digital, seis periódicos direta ou indiretamente relacionados à área:³

- Acervo – publicação semestral voltada para divulgação de estudos e fontes nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, especialmente Arquivologia (Qualis B3);
- Ágora – publicação semestral do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina & Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Catarina, voltada para divulgação de resultados de estudos originais, quantitativos ou qualitativos da área de Arquivologia (Qualis B1);
- *Arquivística.Net* – publicação semestral de trabalhos inéditos relacionados com a Arquivística ou que apresentam estudos e pesquisas nos demais campos ligados à Ciência da Informação (Qualis B4);
- *Arquivo & Administração* – publicação semestral da Associação dos Arquivistas Brasileiros (Qualis B1);
- *Cadernos AEL* – publicação semestral do Arquivo Edgard Leuenroth – Centro de Pesquisa e Documentação Social/IFCH/UNICAMP, cujo objetivo é divulgar artigos e fontes de pesquisa cujos temas compõem seu acervo (Qualis B4);
- *Cenário Arquivístico* – periódico semestral da Associação Brasileira de Arquivologia (ABARQ), destinado à publicação e divulgação de literatura e documentação técnico-científica de interesse da Arquivologia (ainda sem qualificação no Sistema Qualis da Capes);
- Ciência da Informação – publicação quadrimestral do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, voltada para publicação de trabalhos inéditos relacionados com a Ciência da Informação ou que apresentem resultados de estudos e pesquisas sobre as atividades do setor de informação em ciência e tecnologia (Qualis B1);

3 A indicação do estrato de qualificação apresentado aqui, refere-se à avaliação/classificação de periódicos no ano de 2012 e à avaliação recebida na área de Ciências Sociais Aplicadas 1, na qual está inserida a subárea Arquivologia, pois um mesmo periódico pode ser classificado em duas ou mais áreas distintas e receber diferentes avaliações.

- Encontros Bibli – publicação quadrimestral da Universidade Federal de Santa Catarina, na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação que tem como missão difundir o conhecimento novo e inovador em Biblioteconomia, Ciência da Informação, Arquivologia e áreas correlatas abrangendo interesses técnico-tecnológicos e humano-sociais (Qualis B1);
- *Informação Arquivística* – publicação semestral da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ) (Qualis B5).

Observa-se que, além de poucas publicações periódicas específicas, sendo algumas bem recentes, e sem adentrar no mérito da qualidade, quase todas elas estão ligadas a associações e instituições arquivísticas, exceto a Revista *Arquivística.Net*, sem vínculo institucional. A reduzida presença de periódicos produzidos e veiculados pelas universidades, das quais supostamente emana a maior parte das pesquisas arquivísticas, aponta para a necessidade de analisar mais sistematicamente quais são os possíveis fatores que dificultam o desenvolvimento da comunicação científica, dentre eles: falta de apoio institucional, de conhecimentos técnicos e tecnológicos de editoração, de organização da comunidade científica, de estímulo à produção docente e discente e uma cultura acadêmica pouco voltada para a produção escrita.

Referente à comunicação científica semiformal ou informal, vale lembrar a periodicidade de três eventos na área: O Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), realizado desde 1972, por iniciativa da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB); o Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), realizado desde 2004, por iniciativa da Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia (ENARA), e a Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq), desde 2010, por iniciativa dos docentes dos cursos de Arquivologia das universidades federais brasileiras.

Conforme evidenciado nos dados apresentados aqui, passíveis ainda de maior precisão, e nas constatações que vêm sendo feitas por vários autores da área, não há dúvidas que a Arquivologia no Brasil, assim como em diversas partes do mundo, respeitadas as especificidades históricas e culturais, passa por um período de transformações técnicas, tecnológicas, teóricas e epistemológicas. A afirmação da identidade dessa disciplina, forjada historicamente no empirismo, e sem abrir mão da natureza interdisciplinar que a originou, é um desafio permanente para docentes, discentes, pesquisadores e profissionais da área que, em alguns casos, atuam em mais de uma atividade (são, ao mesmo tempo, docentes, pesquisadores e técnicos) ou em mais de um tipo de instituição (empresas públicas ou privadas, universidades, instituições arquivísticas, associações profissionais etc.). Tal pluralidade, ao mesmo tempo em que permite uma visão abrangente dos problemas a serem sanados, dificulta, dentre outros aspectos, a construção de um aporte teórico e o estabelecimento de consensos terminológicos.

Parece não existir dúvida, entretanto, que a Arquivologia é uma ciência. Têm-se desenvolvido teorias, conceitos, princípios que buscam conhecer, investigar e consolidar uma área de conhecimento. A disciplina é reconhecida no meio científico, faz parte dele, desenvolve-se nele. É uma ciência madura? Certamente que não é. Pode-se dizer, metaforicamente, que é uma ciência adolescente, cheia de dúvidas em relação à sua identidade, com conflitos imensos em relação ao seu futuro, com necessidade de autoafirmação talvez excessiva, mas, com todas as suas ambiguidades e dilemas, é uma ciência. A maturação da disciplina dependerá, dentre outros fatores, da verticalização dos estudos, técnicos e científicos, da organização e do diálogo permanente da comunidade arquivística em todas as instâncias possíveis (acadêmicas, profissionais, associativas) em âmbito nacional e internacional.

Quanto à identidade, de acordo com Castells (2000, p. 23), além de ser um processo de construção de significados culturais, é dinâmica e, ainda,

Vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço.

No caso da trajetória da Arquivologia brasileira, em que pesem as relações de poder institucionalizantes, a fim de construir uma racionalidade cognitivo-instrumental adequada para a manutenção do poder e dos atores sociais envolvidos, essa passa por um processo de identificação de suas múltiplas identidades, de autoconhecimento e rearranjo de relações de poder (institucionais, coletivas e individuais) que podem assumir novos significados e gerar novas perspectivas científicas e sociais.

Associações Científicas, Ciência e Política Científica e Tecnológica no Brasil

Como diz Geraldina Porto Witter (2007, p. 2),

Com o desenvolvimento das ciências surgiram necessidades que precisavam ser resolvidas para nortear e dar continuidade ao progresso científico e para que o mesmo se fizesse cada vez mais rapidamente. As sociedades científicas surgiram, em parte, em decorrência da necessidade de ampliar o contato e o conhecimento entre cientistas e como forma de se obter o aceite dos pares.

No caso da Arquivologia brasileira, o movimento associativo teve seu início em 1971, com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), que tinha como objetivos “dignificar a profissão de Arquivista e contribuir para o desenvolvimento da Arquivologia Brasileira”.⁴ Estudos recentes reconhecem a importância histórica desta Associação para a valorização dos arquivos perante o Estado e a Sociedade, para a regulamentação da profissão do arquivista e para o apoio à institucionalização de um campo científico na área. (GOMES, 2011; MARQUES, 2011; SILVA, 2013; SOUZA, 2011)

Porém, considerando os próprios dados anteriormente apresentados da evolução e do crescimento do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil, nota-se que houve um avanço significativo de experiências, conhecimentos e, sobretudo, o surgimento de uma comunidade de pesquisa que demanda novos movimentos associativos, dentre os quais, a de uma associação nacional de caráter científico que possa atuar de forma mais incisiva junto a instâncias administrativas, legislativas, órgãos financiadores e planejadores e também junto a outras entidades científicas ou acadêmicas de caráter nacional – generalistas ou específicas.

Entende-se comunidade de pesquisa aqui, nos termos apresentados por Dias (2011, p. 325)

Como o conjunto de profissionais envolvidos com atividades científicas, tecnológicas e acadêmicas em geral. Trata-se de um grupo heterogêneo de indivíduos e instituições que, em geral, compartilham de valores, interesses, ideologias e práticas profissionais bastante próximas, o que permite que seja tratado, sem prejuízos significativos, como uma categoria de análise específica.

Essa comunidade de pesquisa, na análise crítica de Dias (2011), é considerada como o ator dominante da política científica e tecnológica no Brasil em contraponto às demandas mais amplas de outros atores sociais que não participam, ou participam marginalmente, das fases de elaboração, implementação e monitoramento dessa política.⁵ No entanto, observando o caso específico da comunidade de pesquisa em Arquivologia, ela ainda é tão invisível, que sequer podemos dizer que ela influencia objetivamente na política científica e tecnológica,⁶ embora seja necessária e urgente a sua inserção neste campo.

4 Associação dos Arquivistas Brasileiros. Disponível em: http://www.aab.org.br/?page_id=25 >.

5 O autor reconhece, entretanto, que, em democracias “imaturas” como a brasileira, esse quadro é comum a todas as políticas públicas. Todavia, considera notável essa dominância no caso da política científica e tecnológica. (DIAS, 2011)

6 Dias (2011, p. 323) chama atenção também para o caráter teórico-metodológico, analisado por vários autores do campo dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia, “de acordo com a qual a ciência estaria se tornando cada vez mais tecnológica e a tecnologia, mais científica. Essas duas dimensões estariam tão estreitamente ligadas que seria impossível detectar a fronteira que as separa, inclusive no plano das políticas públicas”.

Mas, para isso, é preciso que vejamos a Arquivologia como uma ciência da informação e não como uma subárea da ciência da informação, tal como classificada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), desde 1984.⁷ É necessário que a vejamos como capaz de estabelecer tanto relações multi e interdisciplinares com outras áreas, quanto de desenvolver um campo de pesquisa fértil, promissor e fundamental para as ciências da informação, em particular, e para o desenvolvimento científico e tecnológico, em geral.

A importância da existência e atuação de associações científicas nos rumos da ciência e tecnologia é tanta que vale a pena destacar que a própria criação de duas importantes agências de fomento à pesquisa no Brasil, o CNPq e a Capes, ambas no ano de 1951, foi estimulada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), conforme consta no próprio registro histórico do CNPq ([20--?]):

Em maio de 1948, um grupo de cientistas e de amigos da ciência decidiu fundar, no Brasil, uma Sociedade para o Progresso da Ciência sem fins lucrativos nem cor político-partidária, voltada para a defesa do avanço científico e tecnológico e do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil. (trecho extraído da Publicação n.º 3 da SBPC, de 1951: 'SBPC – fundação, evolução e atividades', reproduzido nos Cadernos SBPC Nº 7, 2004.) A criação da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, veio reforçar os ideais da necessidade de aparatos institucionais para o desenvolvimento da Ciência no Brasil.

No caso do CNPq, salienta-se, ainda, no Portal da instituição, que a sua criação foi resultado do empenho pessoal de inúmeros colaboradores como o próprio Almirante Álvaro Alberto, sucedido por membros ilustres da ciência (entre eles, vários integrantes da ABC e da SBPC) que compõem a galeria dos presidentes, conselheiros e diretores do CNPq com o legado de determinação e perseverança na busca do progresso científico.

Não por acaso, a preocupação com a ciência e tecnologia surgiu no momento em que ocorria um avanço do processo de industrialização no Brasil, marcado por fortes investimentos do Estado, via empresas estatais, mas também com a participação nada desprezível do capital estrangeiro, que se tornaria acelerado nas décadas seguintes. Quando foi criado, em ja-

7 Em 2005, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em conjunto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), constituíram a Comissão Especial de Estudos com o objetivo de propor uma nova tabela de classificação das áreas do conhecimento. Nesta classificação a grande área seria denominada de Ciências Socialmente Aplicáveis e dentro dela estariam, dentre outras, as áreas de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação. A proposta, porém, não foi implementada. Ver: Comissão Especial de Estudos CNPq, CAPES, FINEP. *Nova tabela das áreas de conhecimento: versão preliminar: proposta para discussão*, setembro de 2005. Disponível em: http://memoria.cnpq.br/areasconhecimento/docs/cee-areas_do_conhecimento.pdf.

neiro de 1951, o então Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), sigla mantida até hoje, tinha como finalidade promover investigações científica e tecnológica por sua própria iniciativa e em cooperação com outras instituições do país e com o exterior e, a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual Capes), criada meses depois, em julho, tinha como objetivo de investir no aperfeiçoamento de pessoal de nível superior no país, para assegurar a existência de técnicos e cientistas para atender à demanda potencial e crescente do desenvolvimento nacional.

A missão do CNPq era ampla, uma espécie de “estado-maior da ciência, da técnica e da indústria, capaz de traçar rumos seguros aos trabalhos de pesquisas” científicas e tecnológicas do país, desenvolvendo-os e coordenando-os de modo sistemático. Após várias décadas, e tendo passado por diversas reformulações da sua estrutura administrativa, sobretudo a partir da década de 1980, quando passa a ser vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), atual Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o CNPq intensificou seus esforços na atividade de fomento científico e tecnológico e agora também na inovação, abrindo campo para a iniciativa empresarial privada. Além disso, com a inserção cada vez mais premente da função social na produção tecnológica e científica, a missão do CNPq foi repensada.

Desde 1990, tornou-se a espinha dorsal de comunicação de dados em todo o País e criou instrumentos fundamentais para as atividades de fomento: a Plataforma *Lattes* e o Diretório dos Grupos de Pesquisa. Tais instrumentos têm papel central na avaliação, acompanhamento e direcionamento para políticas e diretrizes de incentivo à pesquisa. Como a própria instituição esclarece

A criação da Plataforma Lattes estabeleceu a adoção de um padrão nacional de currículos e resultou na maior transparência e confiabilidade às atividades de fomento da Agência. Dado seu grau de abrangência, as informações constantes da Plataforma Lattes podem ser utilizadas tanto no apoio a atividades de gestão, como no apoio à formulação de políticas para a área de ciência e tecnologia. Já o Diretório dos Grupos de Pesquisa constitui-se em bases de dados (censitárias e correntes) que contêm informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no País. Tem três finalidades principais: instrumento para o intercâmbio e a troca de informações; caráter censitário no auxílio de planejamento estratégico ao fomento, e por fim, constituir base de dados [com] importante papel na preservação da memória da atividade científico-tecnológica no Brasil. (CNPQ, [20--?])

A Capes, conforme dito anteriormente, também criada em 1951, sob a presidência de Anísio Teixeira, tinha como objetivo “assegurar a existência de pessoal especializado em

quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país”. (BRASIL, 2008) A Capes, tal como CNPq, passou por diversas transformações históricas e administrativas, sendo hoje uma fundação do Ministério da Educação (MEC). Detém papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todo o País. Em 2007, passou também a atuar na formação de professores da educação básica ampliando o alcance de suas ações na formação de pessoal qualificado no Brasil e no exterior. A partir daí, foram implementadas “uma série de programas que visam contribuir para o aprimoramento da qualidade da educação básica e estimular experiências inovadoras e o uso de recursos e tecnologias de comunicação e informação nas modalidades de educação presencial e a distância.” (BRASIL, 2008)

Após essa breve digressão, sinalizando a importância da participação das associações e dos cientistas na constituição de importantes órgãos de atuação e decisão na área científica e tecnológica, vale a pena nos deter em algumas perguntas básicas sobre políticas públicas de modo geral, (DORTIER, 2010) que servem igualmente para a política científica e tecnológica, em particular, e que são fundamentais para identificar qual o nosso papel, enquanto sujeitos,⁸ que buscam maior e melhor participação na arena política e social onde se configura, pelo menos em termos legais e formais, o lugar e o papel da Arquivologia enquanto ciência.

Quem decide sobre a política de ciência e tecnologia? Houve um tempo em que se considerava o Estado um centro de decisões homogêneo e autônomo, assim como a ciência e a tecnologia eram revestidas de uma suposta neutralidade, isentas de valores políticos, econômicos e/ou religiosos. Os estudos sobre políticas públicas propiciaram a abertura da caixa-preta do Estado, a fim de compreender como funcionam as suas engrenagens. (DOTIER, 2010, p. 502) Tais estudos, sobretudo a partir dos anos 1960, têm demonstrado que existe uma pluralidade de atores envolvidos, em diferentes níveis de decisão (órgãos de decisão, políticos, comunidade de pesquisa, corporações etc.).

A respeito de quê? Como assinala Dias (2011, p. 323), os estudos sobre política científica e tecnológica possibilitam uma ampla variedade de recortes, dentre eles: programas de pesquisa, instrumentos de financiamento, instituições, aspectos da legislação e a dinâmica de geração de conhecimento e de inovações. No campo da ação, contudo, é preciso estabelecer um “agendamento”. Por que um assunto entra em pauta em determinado momento e outro

8 Adota-se aqui o termo sujeitos na acepção de Castells (2000, p. 26): “sujeitos não são indivíduos, mesmo considerando que são constituídos a partir de indivíduos. São o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência”.

não? Porque um programa de reforma é adiado? O que ou quem determina a manutenção ou mudança da agenda?

Em que condições? Aqui me parece interessante reproduzir literalmente o texto de outrem:

O Estado não é uma máquina bem lubrificada em que as decisões tomadas no topo repercutem na base sem sofrer nenhuma deformação. A administração está sujeita a todo tipo de pressão: estatutos, rotinas, regulamentos, resistência de funcionários, de tal modo que as mudanças importantes dificilmente ocorrem em situações que não sejam excepcionais. (DOTIER, 2010, p. 502)

Com que efeitos? Não basta implantar a política. É necessário acompanhar e monitorar os seus resultados e consequências. É a partir desta constatação que são criados dispositivos de avaliação de políticas públicas nos países ocidentais, a partir dos anos 1980, permitindo acompanhar os descompassos entre os projetos iniciais e os seus resultados.

Além disso, como ressalta Dias, (2011, p. 323)

Convém destacar que é da particular arquitetura de poder conformada pelos atores que participam do 'jogo político' em cada momento histórico que a política pública é moldada. Assim, a política científica e tecnológica – nosso objeto de análise – pode adotar diferentes orientações (militar, desenvolvimentista, para competitividade, para o desenvolvimento sustentável, para a inclusão social, etc.), as quais refletem, justamente, o resultado desse 'jogo'.

Considerações finais

O atual cenário arquivístico brasileiro parece promissor, ainda que haja desafios de toda ordem a serem enfrentados: política, econômica, científica e cultural. O antigo e o novo convivem lado a lado, seja nas práticas cotidianas dos arquivos e das instituições arquivísticas, seja nas práticas diárias de ensino e pesquisa. Entretanto, este artigo procurou indicar, mais uma vez, como tantos outros autores atuantes na área têm indicado e demonstrado por meio de pesquisas, que há uma transformação em curso nas Instituições de Ensino Superior, favorável à expansão de cursos de Arquivologia, em níveis de graduação e pós-graduação. Tal oportunidade não pode ser desperdiçada tendo em vista a necessidade de consolidação e aprofundamento da Arquivologia como disciplina científica. Contribuem para o aproveitamento dessa oportunidade, em âmbito mundial, e numa perspectiva social, a importância crescente da informação, da inovação, da ciência e da tecnologia na resolução dos problemas.

No Brasil, o processo crescente de redemocratização e da conformação de uma governança, com um poder não só descentralizado, mas dividido em uma maior pluralidade de atores, públicos e privados, oficiais ou informais, institucionais ou associativos, (DOTIER, 2010) estimula a maior participação de docentes, pesquisadores e técnicos nas decisões de Estado. Há várias formas de participação, individual e coletiva. No caso aqui abordado, entende-se que é importante e oportuno que se estruture uma associação de caráter científico para, em linhas gerais, favorecer maior integração da comunidade de pesquisa vinculada à área de Arquivologia e para obter maior reconhecimento e autoridade perante as agências de fomento, dentre elas, CNPq, Capes e Fundações Estaduais de Pesquisa (FAPs).

Quando falamos em comunidade de pesquisa, estamos evidenciando a pesquisa porque, sem ela, as universidades, que têm como missão o ensino, a pesquisa e a extensão, não terão renovação das suas práticas de ensino, melhor qualidade da educação, nem atenderão as necessidades da comunidade local ou regional que se beneficia direta ou indiretamente da produção do conhecimento científico. Não é possível desenvolver a Arquivologia sem que se invista em pesquisas básicas e aplicadas; se não há pesquisa, não há reconhecimento da área; se não há reconhecimento da área, não se apoiam pesquisas; e sem apoio às pesquisas não há desenvolvimento científico e tecnológico que permita o crescimento e o fortalecimento da disciplina.

Ou seja, faz-se necessário realizar pesquisas e fortalecer a comunidade de pesquisa por meio da criação de uma associação científica, compreendida tanto como parte do processo de maturação da disciplina em si, quanto das relações que são e podem ser estabelecidas entre associações de cunho científico e órgãos responsáveis pela implementação de políticas públicas, em especial a política científica e tecnológica, que é meio para todas as outras e fim para nós, que atuamos acadêmica e socialmente numa área ainda um tanto invisível.

Foram expostas aqui apenas algumas ideias básicas sobre esse tema, que é rico e complexo e exige, obviamente, maior aprofundamento.

Mas, a proposta da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, lançada em 2010, continua de pé. Espero que as discussões e reflexões desenvolvidas até aqui nos apontem como caminho a sua concretização.

Referências

- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. *Conheça a AAB*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.aab.org.br/?page_id=25>. Acesso em: 10 mar. 2012.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 30 set. 2013.

CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura: o poder da identidade. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v. 2 .

CNPQ. *A criação*. Brasília, DF, [20--?]. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/a-criacao/>>. Acesso em: 30 set. 2013.

DIAS, R. B. O que é a política científica e tecnológica? *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 316-344, set./dez. 2011.

DORTIER, J. F. (Org.). *Dicionário de ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GOMES, Y. Q. *Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978): entre a memória e a história*. 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

JARDIM, J. M. A pesquisa como fator institucionalizante da Arquivologia enquanto campo científico no Brasil. In: MARQUES, A. A. C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia*. Brasília, DF: Thesaurus, 2011, p.53-75.

MARQUES, A. A. C. *Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. 2011. 399 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, Brasília, DF, 2011.

MARQUES, A. A. da C.; RONCAGLIO, C.; RODRIGUES, G. M. *A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia*. Brasília, DF: Thesaurus, 2011.

MARQUES, A. A. C.; RONCAGLIO, C. A pesquisa científica em Arquivologia no Brasil. In: MARIZ, A. C.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A. *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Móbile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

MARIZ, A. C.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A. *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Móbile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

RONCAGLIO, C. Por uma associação de ensino e pesquisa em Arquivologia no Brasil. In: MARIZ, A. C.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A. *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Móbile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 89-98.

SILVA, E. P. *Memória e discurso do movimento associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)*. 2013. 130 f. Tese (Doutorado) – Centro De Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SOUZA, K. I. M. *Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho*. Brasília, DF: Starprint, 2011.

WITTER, G. P. *Importância das sociedades/associações científicas: desenvolvimento da ciência e formação do profissional-pesquisador*. *Boletim de Psicologia*, São Paulo, v. 57, n. 126, p. 1-14, jun. 2007.

O currículo Lattes como fonte de informação no estudo da produção do conhecimento científico na Arquivologia

Leandro Coelho de Aguiar

Renata Regina Gouvêa Barbalho

Vitor Manoel Marques da Fonseca

Diante das novas demandas sociais e dos novos recursos tecnológicos, o objetivo deste trabalho é refletir acerca das possibilidades de uso da Plataforma Lattes, mais especificamente, dos currículos Lattes, disponíveis pela internet através do site do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq),¹ como fonte de pesquisa. A importância do sistema de currículo Lattes é maior que apenas uma padronização das informações acadêmicas para avaliação e fomento, pois, o fato de estarem disponíveis *on-line*, transforma essas informações numa fonte potencial de pesquisa sobre a própria ciência, de uma forma geral, ou sobre determinadas áreas do conhecimento, como é este o caso. A Plataforma Lattes está se constituindo como um registro da memória científica brasileira.

Além de pensar o currículo Lattes como fonte de pesquisa, busca-se também refletir sobre a necessidade de se identificar e sanar os problemas ainda existentes, tanto tecnológicos, quanto ligados ao manuseio por parte de seus usuários.

Este trabalho resultou das observações e reflexões surgidas ao longo das pesquisas realizadas e orientadas nos últimos anos pelos autores dessa comunicação. Duas delas foram defendidas em 2011 e 2012 como dissertações no âmbito da Ciência da Informação (PPGCI

1 Disponível em: <<http://www.lattes.cnpq.br>>.

